



Aos dezanove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e dois, realizou-se, pelas dezasseis horas e quarenta e dois minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins (CDU), e na mesma estiveram presentes a Sra. Vice-Presidente Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU) e os Srs. Vereadores Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Fernando Miguel Catarino José (PS), Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD), Vitor Manuel Ramalho Ferreira (PS), Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), Joel Alexandre Neves Marques (PS) e Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho (CDU).

A Sra. Vereadora Rute Isabel Ramos Perdigão (PPD/PSD) esteve presente em substituição da Sra. Vereadora Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2.

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio, de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 3.

Ordem de Trabalhos

- A) **Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. **Informações à Câmara (eventual apresentação)**
 - 2. **Assuntos diversos de interesse para a autarquia**
- B) **Período da Ordem do Dia**
 - 1. **Deliberação n.º 95/2022 – Proposta n.º 01/2022 – GAP – Representante do Município na ENA – Agência de Energia e Ambiente da Arrábida (Retificação da Proposta n.º 008A/2021/GAP)**
 - 2. **Deliberação n.º 96/2022 – Proposta n.º 02/2022 – GAP – Nomeação de Representante do Município na Associação da Baía de Setúbal**
 - 3. **Deliberação n.º 97/2022 – Proposta n.º 55A/2021 – DAF/DICOMP/SECOMP – Abertura de Concurso Público para a Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância Privada no Moinho de Maré da Mourisca, no Forte de São Filipe e no Ecoparque do Outão, pelo período de 12 Meses**
 - 4. **Deliberação n.º 98/2022 – Proposta n.º 43/2021 – DAF/DICOMP/SECOMP – Prestação de serviços para limpeza das instalações desportivas e da Pousada da Juventude, pelo período de 36 meses, ao Abrigo do acordo quadro AQ-HL-2015 celebrado pela entidade de serviços partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP) – Pedido de Aquisição N.º 3326 e 3484/2018/DCDJ - Consulta Prévia n.º 30/2019/DAF/DICOMP/SECOMP**
 - 5. **Deliberação n.º 99/2022 – Proposta n.º 44/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Av. São Francisco Xavier, n.º 5 – 4L, União de Freguesias de Setúbal, Setúbal**

6. **Deliberação n.º 100/2022 – Proposta n.º 45/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Trabalhador, n.º 12, da União das Freguesias de Azeitão, Azeitão**
7. **Deliberação n.º 101/2022 – Proposta n.º 46/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Estrada Nacional 10 – Quinta de Canes, Brejos de Canes, Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, Setúbal**
8. **Deliberação n.º 102/2022 – Proposta n.º 47/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Estrada Nacional 10 – Quinta de Canes, Brejos de Canes, Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, Setúbal**
9. **Deliberação n.º 103/2022 – Proposta n.º 48/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Picheleiros, União das Freguesias de Azeitão, Azeitão**
10. **Deliberação n.º 104/2022 – Proposta n.º 49/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Picheleiros, União das Freguesias de Azeitão**
11. **Deliberação n.º 105/2022 – Proposta n.º 50 /2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Mário Henrique Leiria, n.º 1 – 5.º Esq., da Freguesia de São Sebastião, em Setúbal**
12. **Deliberação n.º 106/2022 – Proposta n.º 51/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Camilo Castelo Branco, n.º 167 – 5.º Esq., da Freguesia de São Sebastião, Setúbal**
13. **Deliberação n.º 107/2022 – Proposta n.º 52/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Av. Bento Gonçalves, n.ºs 13 e 15 – 4.º andar Esq., Freguesia de São Sebastião, Setúbal**
14. **Deliberação n.º 108/2022 – Proposta n.º 53/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Minas da Borralha, n.º 10 - R/c Dt., em Setúbal**
15. **Deliberação n.º 109/2022 – Proposta n.º 54/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Dr. Miguel Torres, n.º 4, em Setúbal**
16. **Deliberação n.º 110/2022 – Proposta n.º 55/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Jaime Cortesão, n.º 17, São Sebastião, Setúbal**
17. **Deliberação n.º 111/2022 – Proposta n.º 56/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo da Cidade de Magdeburgo, n.º 1 – 3.º Dt.º, da Freguesia de São Sebastião, Setúbal**
18. **Deliberação n.º 112/2022 – Proposta n.º 57/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua das Gaivotas, n.º 29, cave Dt., Freguesia de São Sebastião, Setúbal**
19. **Deliberação n.º 113/2022 – Proposta n.º 58/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Luísa Todí, n.ºs 291 a 297, Rua do Gaz, n.ºs 1 a 9 e Rua Guilherme Gomes Fernandes, n.ºs 2 a 10 - Fração B, União de Freguesias de Setúbal, Setúbal**
20. **Deliberação n.º 114/2022 – Proposta n.º 59/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Luísa Todí, 291 a 297, Rua do Gaz, 1 a 9 e Rua Guilherme Gomes Fernandes, 2 a 10 - Fração M, União de Freguesias de Setúbal, Setúbal**

21. **Deliberação n.º 115/2022 – Proposta n.º 60/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Serpa Pinto, n.ºs 5, 7 e 9 - R/c Dto., União de Freguesias de Setúbal, Setúbal**
22. **Deliberação n.º 116/2022 – Proposta n.º 61/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Travessa de Alvalade, 10, M-Dt., Freguesia de São Sebastião, Setúbal**
23. **Deliberação n.º 117/2022 – Proposta n.º 62/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua das Carmelitas, n.ºs 11 e 13, União de Freguesias de Setúbal, Setúbal**
24. **Deliberação n.º 118/2022 – Proposta n.º 63/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Beco dos Cobertos, n.º 4, São Sebastião, Setúbal**
25. **Deliberação n.º 119/2022 – Proposta n.º 64/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Fernando Santos, n.º 21 – 3.º Esq, da União de Freguesias de Setúbal**
26. **Deliberação n.º 120/2022 – Proposta n.º 65/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Francisco Sá de Miranda, 4, em Azeitão**
27. **Deliberação n.º 121/2022 – Proposta n.º 66/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Mormugão, n.º 42 – 9.º C, em Setúbal**
28. **Deliberação n.º 122/2022 – Proposta n.º 67/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida D. Pedro V, Lote 36A– 4.º andar B, em Setúbal**
29. **Deliberação n.º 123/2022 – Proposta n.º 68/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida D. Pedro V, Lote 36 A – 1.º D, em Setúbal**
30. **Deliberação n.º 124/2022 – Proposta n.º 69/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida D. Pedro V, Lote 36 A – 2.º A, em Setúbal**
31. **Deliberação n.º 125/2022 – Proposta n.º 70/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Antão Girão, n.º 77, em Setúbal**
32. **Deliberação n.º 126/2022 – Proposta n.º 71/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Silva Porto, n.º 8 – 5.º Esq., em Setúbal**
33. **Deliberação n.º 127/2022 – Proposta n.º 72/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Batalha do Viso, n.º 141 – 1.º Dto., em Setúbal**
34. **Deliberação n.º 128/2022 – Proposta n.º 73/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Estrada Nacional 10 – Quinta de Canes, Brejos de Canes, Setúbal**
35. **Deliberação n.º 129/2022 – Proposta n.º 74/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Estrada Nacional 10 – Quinta de Canes, Brejos de Canes, Bloco 5 – Piso Térreo, Setúbal**
36. **Deliberação n.º 130/2022 – Proposta n.º 75/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Estrada Nacional 10 – Quinta de Canes, Brejos de Canes, Setúbal**
37. **Deliberação n.º 131/2022 – Proposta n.º 76/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Bernardim Ribeiro, n.º 14, em Setúbal**

38. **Deliberação n.º 132/2022 – Proposta n.º 77/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua 8 de maio de 1928, n.º 7 – R/C A, em Setúbal**
39. **Deliberação n.º 133/2022 – Proposta n.º 78/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Padre José Maria Nunes da Silva, n.º 139 – 1.º Esq., em Setúbal**
40. **Deliberação n.º 134/2022 – Proposta n.º 79/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua D. Lourenço Dinis, n.º 26, Vila Nogueira de Azeitão, em Azeitão**
41. **Deliberação n.º 135/2022 – Proposta n.º 80/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida da República da Guiné Bissau, n.º 26 – 9.º Esq., em Setúbal**
42. **Deliberação n.º 136/2022 – Proposta n.º 81/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Antigo Olival, n.º 8 – 1.º E22, em Setúbal**
43. **Deliberação n.º 137/2022 – Proposta n.º 82/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. Álvaro Gomes, n.º 13 – 1.º Dto., em Setúbal**
44. **Deliberação n.º 138/2022 – Proposta n.º 83/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta João dos Santos, n.º 2 – 3.º Dto., Setúbal**
45. **Deliberação n.º 139/2022 – Proposta n.º 84/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Professor Hernâni Cidade, n.º 3 – 1.º J, em Setúbal**
46. **Deliberação n.º 140/2022 – Proposta n.º 85/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Miguel Torga, n.º 2 – 1.º Dto., em Setúbal**
47. **Deliberação n.º 141/2022 – Proposta n.º 86/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Nuno Álvares, n.º 9 – 1.º esq., em Setúbal**
48. **Deliberação n.º 142/2022 – Proposta n.º 87/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Fernando Garcia, n.ºs 31 e 33, em Setúbal**
49. **Deliberação n.º 143/2022 – Proposta n.º 88/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida D. Pedro V, Lote 36 A – R/C C, em Setúbal**
50. **Deliberação n.º 144/2022 – Proposta n.º 89/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida D. Pedro V, Lote 36 A – 3.º andar D, em Setúbal**
51. **Deliberação n.º 145/2022 – Proposta n.º 90/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida D. Pedro V, Lote 36 A – R/C B, em Setúbal**
52. **Deliberação n.º 146/2022 – Proposta n.º 91/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida D. Pedro V, Lote 36 A – R/C A, em Setúbal**
53. **Deliberação n.º 147/2022 – Proposta n.º 92/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida D. Pedro V, Lote 36 A – 6.º B, em Setúbal**
54. **Deliberação n.º 148/2022 – Proposta n.º 93/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida D. Pedro V, Lote 36 A – 2.º C, em Setúbal**
55. **Deliberação n.º 149/2022 – Proposta n.º 94/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Trabalhadores do Mar, n.ºs 19, 21 e 23, União de Freguesias de Setúbal**

56. **Deliberação n.º 150/2022 – Proposta n.º 95/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Professor Hérnani Cidade, n.º 3 – 1.º J, freguesia de São Sebastião, em Setúbal**
57. **Deliberação n.º 151/2022 – Proposta n.º 96/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua José Fontana, n.º 8 – Casal de Bolinhos, União das Freguesias de Azeitão, em Setúbal**
58. **Deliberação n.º 152/2022 – Proposta n.º 97/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Vale de Barreiras, n.º 12, União das Freguesias de Azeitão, em Setúbal**
59. **Deliberação n.º 153/2022 – Proposta n.º 98/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de São Gonçalo, n.º 396, Vale de Choupos, União das Freguesias de Azeitão, em Setúbal**
60. **Deliberação n.º 154/2022 – Proposta n.º 99/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Dr. José Romão, n.º 28 - 7.º B, freguesia de São Sebastião, em Setúbal**
61. **Deliberação n.º 155/2022 – Proposta n.º 100/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Joaquim José Santana, n.ºs 11 e 13, São Sebastião, em Setúbal**
62. **Deliberação n.º 156/2022 – Proposta n.º 101/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo Alberto Mendes Fialho, n.º 5 – 4.º B, São Sebastião, em Setúbal**
63. **Deliberação n.º 157/2022 – Proposta n.º 102/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Urbanização Quinta do Chão Duro, Lote 2, União das Freguesias de Azeitão**
64. **Deliberação n.º 158/2022 – Proposta n.º 103/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Diogo Botelho, n.º 2, Guarda do Pinheiro, União das Freguesias de Azeitão**
65. **Deliberação n.º 159/2022 – Proposta n.º 104/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua António Aleixo, n.º 7 – 3.º Esq., freguesia de São Sebastião, em Setúbal**
66. **Deliberação n.º 160/2022 – Proposta n.º 105/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Humberto Delgado, n.ºs 7 e 9, União das Freguesias de Azeitão**
67. **Deliberação n.º 161/2022 – Proposta n.º 106/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Camilo Castelo Branco, n.º 22 – 7.º A, São Sebastião, em Setúbal**
68. **Deliberação n.º 162/2022 – Proposta n.º 107/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de Timor, Lote 305, União das Freguesias de Azeitão**
69. **Deliberação n.º 163/2022 – Proposta n.º 108/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Antão Girão, n.º 77, em Setúbal**
70. **Deliberação n.º 164/2022 – Proposta n.º 109/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Amílcar Cabral, n.º 16 – 5.º A, em Setúbal**
71. **Deliberação n.º 165/2022 – Proposta n.º 110/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Pinheirinhos, n.º 21 – 1.º Fte., em Setúbal**

72. **Deliberação n.º 166/2022 – Proposta n.º 111/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência - Rua São João de Deus, Lote 108 – 3.º Dto., em Setúbal**
73. **Deliberação n.º 167/2022 – Proposta n.º 112/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência - Rua da Areia, Lote 144, Setúbal**
74. **Deliberação n.º 168/2022 – Proposta n.º 113/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência - Rua Nova, n.º 17, Casal das Figueiras, em Setúbal**
75. **Deliberação n.º 169/2022 – Proposta n.º 114/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência - Rua António Joaquim Henriques, n.º 3, em Setúbal**
76. **Deliberação n.º 170/2022 – Proposta n.º 115/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência - Rua de Almada, n.ºs 5, 7 e 9, em Setúbal**
77. **Deliberação n.º 171/2022 – Proposta n.º 116/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência - Rua dos Pessegueiros, Quinta da Amizade, Lote 207, 1.º Dto., em Setúbal**
78. **Deliberação n.º 172/2022 – Proposta n.º 117/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência - Avenida D. Pedro V, Lote 36 A – 5.º Andar D, em Setúbal**
79. **Deliberação n.º 173/2022 – Proposta n.º 118/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência - Avenida D. Pedro V, Lote 36 A – 5.º Andar B, em Setúbal**
80. **Deliberação n.º 174/2022 – Proposta n.º 119/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência - Avenida D. Pedro V, Lote 36 A – 4.º Andar D, em Setúbal**
81. **Deliberação n.º 175/2022 – Proposta n.º 120/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência - Rua das Carmelitas, n.ºs 11 e 13, em Setúbal**
82. **Deliberação n.º 176/2022 – Proposta n.º 121/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência - Avenida D. Pedro V, Lote 36 A – 2.º D, em Setúbal**
83. **Deliberação n.º 177/2022 – Proposta n.º 122/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência - Avenida D. Pedro V, Lote 36 A – 3.º A, em Setúbal**
84. **Deliberação n.º 178/2022 – Proposta n.º 123/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência - Rua Associação de Moradores, n.º 94, em Setúbal**
85. **Deliberação n.º 179/2022 – Proposta n.º 124/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência - Rua Engenheiro Henri Perron, n.º 16 – 5.º B, em Setúbal**
86. **Deliberação n.º 180/2022 – Proposta n.º 125/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Cedência em regime de direito de superfície, a constituir sobre o lote de terreno n.º 14, com área de 3830m2, sito em Poço Mouro, à Associação de Solidariedade Social da Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra**
87. **Deliberação n.º 181/2022 – Proposta n.º 01/2022 – DAAE/GAPAE – Isenção de taxas de Licenças Especiais de Ruído – Dezembro de 2021**
88. **Deliberação n.º 182/2022 – Proposta n.º 02/2022 – DAAE – Moção – Contra o agravamento da tarifa de resíduos e em defesa de um serviço público de gestão de resíduos**
89. **Deliberação n.º 183/2022 – Proposta n.º 05/2022 – DES/DIAPE – Retificação da proposta n.º 2-A/2021/DES-DIAPE - Representantes do Município de**

Setúbal nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas do Concelho - 2021/2025

90. **Deliberação n.º 184/2022 – Proposta n.º 01/2022 – DOM – Empreitada – CP 14/2020 – “Reabilitação do Bairro das Manteigadas – Eficiência Energética” – Homologação de Autos de Medição de Trabalhos**
 91. **Deliberação n.º 185/2022 – Proposta n.º 02/2022 – DOM – Concurso Público 30/2021/DOM- “Intervenção de Natureza Estrutural para evitar derrocadas na encosta do Forte de São Filipe em Setúbal – Fase 2” - Aprovação do relatório final, adjudicação e aprovação da minuta do contrato**
 92. **Deliberação n.º 186/2022 – Proposta n.º 03/2022 – DOM/DIHAB – Aceitação de doações no âmbito do desenvolvimento do projeto Férias no Bairro, abrangido pelo Programa Nosso Bairro, Nossa Cidade**
 93. **Deliberação n.º 187/2022 – Proposta n.º 10/2022 – DCDJ/DIDES – Isenção de Taxas em Instalações Desportivas Municipais – Época 2021-2022.**
 94. **Deliberação n.º 188/2022 – Proposta n.º 39/2022 – DURB/DIGU – Aprovação condicionada do projeto de Arquitectura para equipamento social – Processo n.º 185/20**
 95. **Deliberação n.º 189/2022 – Proposta n.º 40/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de alterações de moradia – Processo n.º 96/21**
 96. **Deliberação n.º 190/2022 – Proposta n.º 41/2022 – DURB/DIGU – Concessão da Licença de Construção de moradia bifamiliar, alpendres e estacionamento – Processo n.º 62/09**
 97. **Deliberação n.º 191/2022 – Proposta n.º 42/2022 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra – Processo n.º 167/19**
 98. **Deliberação n.º 192/2022 – Proposta n.º 44/2022 – DURB/DIGU – Pedido de Informação Prévia, para a construção de moradia unifamiliar, garagem em cave, piscina e muro de vedação – Processo n.º 19/21**
 99. **Deliberação n.º 193/2022 – Proposta n.º 45/2022 – DURB/DIGU – Concessão de licença de construção para alteração e ampliação de moradia unifamiliar, cave, garagem, piscina e alteração de muro de vedação – Processo n.º 22/21**
 100. **Deliberação n.º 194/2022 – Proposta n.º 46/2022 – DURB/DIPU – Suspensão parcial do Plano Diretor Municipal de Setúbal na área de Poçoilos e adoção de medidas preventivas – Processo n.º 58/22**
- C) **Período destinado à intervenção do Público**

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Gabinete da Presidência (GAP) e do Departamento de Comunicação, Relações Internacionais e Turismo (DCIRT), conforme documentos anexos arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 4 e 5.
- b) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Recursos Humanos (DRH), conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 6.
- c) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Departamento de Urbanismo (DURB), conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 7.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que não seria a primeira vez que iria apresentar um assunto, que serviria para conhecimento do Presidente da Câmara e dos restantes vereadores. Tinha sido abordado, no dia anterior, na Praça do Bocage, pela pessoa do costume, mas que desconhecia a sua identificação. Inicialmente tinha sido abordado de forma educada pelo cidadão em questão, o qual lhe terá dito que o assunto estava relacionado com problemas que tinha na Câmara Municipal de Setúbal.

Informou o referido cidadão que estava numa ação de campanha para as legislativas e que aquele não era o momento, nem o local ideal para falar sobre assuntos da Câmara.

Recordou o facto de já ter sido insultado pelo cidadão em questão nas três semanas anteriores, assim como a senhora vereadora que na altura o acompanhava.

Disse que lhe tinha sugerido que a câmara certamente tinha interlocutores que podiam resolver o problema. A partir daquele momento o indivíduo começou com um chorrilho de insultos, dirigidos à sua pessoa e à pessoa do senhor Presidente e a todos os vereadores da Câmara, optando por insultos ordinários e tentativa de agressão física, que só não se consumou porque, felizmente, estava muita gente por perto, tendo havido pessoas que o tinham afastado e que o levaram para um outro espaço.

Mais uma vez sentiu-se condicionado na sua função de vereador da Câmara de Setúbal e não se sentia a exercer as funções em total liberdade, o que era grave.

Quando vinha a caminho da Câmara Municipal para a reunião de câmara, vinha sempre na expectativa de poder encontrar o respetivo cidadão, que o pudesse insultar ou bater.

A sua intervenção pretendia, mais uma vez, deixar publicamente aquele seu testemunho.

Sr. Vereador Joel Marques – Informou o senhor Presidente que na reunião de câmara que tinha decorrido no mês de agosto de 2021, tinha sido apresentada uma proposta para atribuição do topónimo Largo Fernando Guerreiro - ator e encenador, baseada na apreciação feita pela Comissão de Toponímia do município. Aquando da discussão daquela proposta tinha sido levantada uma questão pelo senhor vereador Nuno de Carvalho relativamente ao topónimo a atribuir naquele espaço, um largo para estacionamento junto à Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, no Bairro Montalvão, porque em comissão de toponímia tinham apresentado duas propostas divergentes e o senhor vereador Nuno de Carvalho tinha dúvidas relativamente ao topónimo a atribuir àquele espaço, sendo que a então Presidente da Câmara Maria das Dores Meira retirara a proposta para que pudesse ser analisada a ata da reunião da Comissão de Toponímia. Aquela reunião terá sido em agosto de 2021, mas já tinham decorrido cinco meses. A sua bancada terá consultado a ata da Comissão de Toponímia, a qual confirmava que tinha sido votado por maioria o nome de Fernando Guerreiro para atribuição do topónimo, por essa razão gostaria de saber quando é que o executivo pretendia trazer novamente a reunião de câmara aquela proposta, para que pudesse ser prestada a devida homenagem a Fernando Guerreiro, que tinha sido um homem da cultura e com grande relevância no panorama cultural.

Sr. Vereador Vítor Ferreira – Disse que, em nome da bancada do Partido Socialista, pretendiam manifestar solidariedade com o senhor vereador Fernando Negrão e acompanhava também aquilo que eram as suas preocupações. Reforçou a ideia de que não se tratava que os autarcas tivessem medo, mas tratava-se da dignificação daquilo que era o exercício das suas funções. Já todos tinham testemunhado ali e em outros espaços, ameaças que estavam para além daquilo que era a discordância, pelo que ficariam na expectativa de concertarem uma atuação que pudesse dignificar o Órgão, a democracia e aquilo que eram os seus exercícios enquanto cidadãos.

Como alguém terá dito em 1789 "*Liberdade, igualdade e fraternidade, ameaça não!*", na realidade já tinham passado aqueles tempos.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Questionou o senhor Presidente sobre a Quinta da Parvoíce. Na sequência do acordo de colaboração no âmbito da Estratégia Local de Habitação do município assinada com o IHRU, para solucionar a situação das famílias residentes na Quinta da Parvoíce tinha sido homologado um protocolo de cooperação institucional ao abrigo do programa “*Porta de Entrada*”, de forma a proporcionar soluções de alojamento intercalar aos 73 agregados, comparticipados pelo Estado, de forma a encontrar uma resposta imediata no mercado de arrendamento até que pudessem ter acesso a uma solução definitiva no âmbito do “*Primeiro Direito*”. Visto que tinha sido dado um passo fundamental pelo Governo para a resolução estrutural da atual situação dos moradores da “*Quinta da Parvoíce*”, que era efetivamente uma situação indigna que tinha de ser abolida de Setúbal, pois não dignificava quem ali residia, nem o território, sendo certo que era um problema que se arrastava no tempo e estando reunidas as condições para o solucionar. Pretendiam obter um ponto de situação relativo aos agregados identificados, quantos já tinham conseguido alugar casa e quais os constrangimentos identificados naquele processo, uma vez que tinha chegado à sua bancada relatos de moradores que referiam conseguir encontrar alternativas no mercado de arrendamento, mas que posteriormente essas não seriam aprovadas.

Referiu que a segunda questão era mais um pedido que surgira na sequência da intervenção do senhor vereador Carlos Rabaçal, na anterior reunião, sobre o “*Nosso Bairro, Nossa Cidade*”. Uma vez que se tratava de um programa com cerca de dez anos de existência, pretendiam saber se seria possível a disponibilização do relatório de avaliação anual ou semestral do programa, de forma a aprofundarem os seus conhecimentos sobre a evolução dos vários indicadores de eficiência e eficácia do programa, execução de ações e população abrangida.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que ia levantar três questões que acabavam por estar relacionadas, sendo que a primeira questão estava relacionada com a vigília pela defesa do Serviço Nacional de Saúde e também pela defesa do Hospital de São Bernardo, Centro Hospitalar de Setúbal. Aquela vigília, aquela manifestação encerrava em si três dimensões, sendo que a primeira estava relacionada com a decisão, a segunda estava relacionada com a oportunidade e a terceira estava relacionada com o fundamento. O senhor Presidente tinha tomado uma decisão em nome da Câmara Municipal de Setúbal sem que o executivo se tivesse pronunciado. Obviamente que estavam todos de acordo em que era preciso reforçar o Serviço Nacional de Saúde, que era preciso continuar na defesa do Serviço Nacional de Saúde, mas não se percebia a oportunidade daquela iniciativa levada a cabo pela Câmara Municipal com outras duas Câmaras Municipais. Decisão tomada sem que os vereadores daquele executivo se tivessem pronunciado, o que acabava por arrastar a Câmara Municipal de Setúbal para uma ação política durante uma campanha eleitoral. Não se percebia a oportunidade daquela vigília, daquela manifestação, que tinha sido organizada pela Câmara, que tinha sido divulgada na página da Câmara e que tinha chegado aos setubalenses através de SMS e e-mails, no sentido de convocar a população a estar presente. Não se percebia a oportunidade, porque não conheciam nenhum facto novo que tivesse surgido e que consubstanciasse aquela urgência de realizar a vigília, pelo que se podia atender aos seguintes factos. O diretor clínico que estava demissionário retirou a sua demissão e atualmente era um diretor clínico que estava a tentar em conjunto com o conselho de administração e com o Governo encontrar as necessárias soluções. Tinham sido recrutados os médicos que tinham sido assumidos ao terem entrado 69 médicos internos. O concurso de ampliação do Hospital de Setúbal estava a decorrer e em breve iria chegar ao fim para que se desse início à empreitada, sendo certo que era sempre possível fazer mais e que teriam que exigir que fosse feito mais. Não existiam factos novos que fossem do conhecimento da sua bancada, a não ser que tivesse existido alguma sondagem que levasse àquela necessidade de ser feita uma manifestação à porta do hospital. Consideravam que não tinha existido uma decisão e que até podiam estar todos de acordo na defesa do Serviço Nacional de Saúde e do Hospital de São Bernardo. Não existiam factos novos que levassem à necessidade de fazer aquela manifestação. Se pretendiam efetivamente tomar uma posição, a qual deviam

tomar, essa posição deveria ser tomada depois do dia 30, depois dos deputados tomarem posse e do Governo tomar posse. Do lado do Partido Socialista existiria sempre parte da solução para encontrar as melhores respostas para o Centro Hospitalar e, nessa altura, se fosse necessário fariam as vigílias e pediriam as reuniões aos grupos parlamentares, nomeadamente à Comissão de Saúde, fariam um pedido ao Governo, ao Ministro ou à Ministra da Saúde, no sentido de obterem respostas.

Ter feito uma vigília, uma manifestação, patrocinada pela Câmara Municipal, no âmbito da campanha eleitoral, não era a melhor solução, estavam mal, estavam a envolver-se diretamente ao terem feito a Câmara Municipal envolver-se diretamente numa campanha eleitoral.

O Partido Socialista defendia que todos deviam ter acesso aos cuidados de saúde, por isso reduziu o valor das taxas moderadoras no Serviço Nacional de Saúde e com o Partido Socialista no Governo o objetivo era a eliminação total das mesmas em 2023. O Serviço Nacional de Saúde realizou mais de 654 mil cirurgias, entre janeiro e novembro de 2021, o maior número de intervenções na última década. Em termos de recuperação das atividades de saúde, o Ministério da Saúde revelou que até novembro os hospitais do Serviço Nacional de Saúde tinham realizado o maior número de consultas, mais 11,5 milhões de consultas médicas. O Serviço Nacional de Saúde tinha mais 4 mil médicos e 148 mil profissionais do que em 2015. No Orçamento de Estado para 2022, que os senhores “Partido Comunista, PEV e Bloco de Esquerda” chumbaram, o Serviço Nacional de Saúde ia ter um aumento da sua dotação orçamental em 700 milhões de euros, o que significaria mais profissionais no SNS, recordando que desde 2016 o SNS tinha mais 27 mil profissionais e no próximo ano continuariam na contratação de profissionais através do Orçamento de Estado. Cabia também realçar o reforço da autonomia dos hospitais e todo o investimento que tinha sido feito, ainda recentemente tinham sido 84 milhões.

Era caso para dizer que era preciso exigir mais, era preciso exigir muito mais, mas a verdade é que tinha sido feito um caminho na defesa do Serviço Nacional de Saúde e no seu reforço, sendo que isso tinha acontecido em Setúbal, tal como seria do conhecimento do senhor Presidente, não só a nível do hospital, mas também dos centros de saúde, numa parceria estabelecida entre o Governo e a Câmara Municipal.

Aquela vigília não tinha sido mais do que uma intromissão na campanha eleitoral que seria claramente evitável.

Informou o senhor Presidente que já não bastava aquela vigília que consideravam uma intromissão na campanha eleitoral, como tiveram o envio através de um “e-mail” do STAL, um e-mail da Câmara Municipal de Setúbal - stal@mun-setubal.pt, que tinha sido distribuído a todos os trabalhadores da autarquia através do seu e-mail profissional, apelando à participação de uma marcha pelo trabalho e nessa marcha pelo trabalho apelando, também, ao voto na CDU. Aquela comunicação levantava duas dimensões, sendo que a primeira estava relacionada com o facto de o STAL ter ultrapassado aquilo que era a sua atividade política e se ter envolvido naquilo que era a ação política, passando da ação sindical para se intrometer na ação política, cujo assunto estava a ser tratado na devida esfera. No entanto, colocava-se uma outra questão, aquele e-mail tinha sido utilizado por uma trabalhadora que era uma dirigente ou delegada sindical, tendo sido enviado a todos os trabalhadores e em que tinha havido um apelo ao voto na CDU. Pelo facto, questionou o senhor Presidente sobre quais as medidas que tinham sido tomadas até ao presente, para averiguar aquele incidente que tinha acontecido na Câmara Municipal de Setúbal, o qual não se podia repetir. Tratava-se da utilização dos serviços de todos os cidadãos, os serviços da Câmara Municipal ao serviço de uma força política, razão pela qual aquela situação não podia ter acontecido. Questionou o senhor Presidente, sobre o que tinha sido feito ou o que estava a ser feito para que chegassem à conclusão de como tinha sido possível um “e-mail” do STAL ter chegado a todos os trabalhadores da autarquia, com o apelo ao voto no dia 30, na força política a que o senhor Presidente representava.

Aquela manifestação apelava, entre outras coisas, ao combate à precariedade laboral, sendo que o combate à precariedade laboral era uma bandeira assumida pelo Partido Socialista e

pelos partidos à sua esquerda, nomeadamente pela CDU, partido que o senhor Presidente representava. O combate à precariedade laboral não se fazia com uma “borracha” em que se “apagavam” os trabalhadores. Se existiam trabalhadores, nomeadamente na autarquia, que estavam em prestação de serviços havia mais de oito ou doze anos, aquelas situações consubstanciavam a precariedade laboral e deviam ser resolvidas. Não era mandar embora aqueles trabalhadores, “chutando-os” para o desemprego, após doze anos ao serviço na Câmara Municipal de Setúbal, que se resolveria o problema da precariedade. Tinham pedido uma listagem dos trabalhadores e das prestações de serviço ao longo dos vários anos na Câmara Municipal de Setúbal e ainda continuavam à espera, embora reconhecessem que aquele trabalho pudesse ser difícil de concluir, tinham que fazer uma atualização relativamente ao ano em curso, porque tinham conhecimento de trabalhadores que estavam em prestação de serviços, falsas prestações de serviços, porque consubstanciavam em contratos de trabalho encapotados e que naquela altura estavam a ser chamados. Tratava-se de verdadeiros contratos de trabalho em várias áreas da Câmara Municipal, nomeadamente na higiene e limpeza, em que estavam trabalhadores com prestação de serviços, que estavam a ser chamados e a ser enviados para “o olho da rua”. Não seria daquele modo que se combateria a precariedade. Um Partido que dizia que pretendia combater a precariedade e que tinha como bandeira a defesa dos trabalhadores, na realidade aquilo que estava a acontecer não tinha obviamente respaldo naquilo que era o discurso e defesa dos trabalhadores.

Recentemente tinham aprovado a reestruturação dos serviços da Câmara Municipal de Setúbal e dessa reestruturação o senhor Presidente e a senhora vereadora Carla Guerreiro tinham assumido em reunião de Câmara que em futuras nomeações de cargos dirigentes, passariam pelos trabalhadores da Câmara Municipal de Setúbal, dando-lhes essa oportunidade, a qual a sua bancada concordou e estiveram 100% de acordo com a posição do senhor Presidente e também da senhora Vice-Presidente Carla Guerreiro, porque estavam a dar oportunidade aos trabalhadores da casa e, porque, em termos de custos, como o senhor vereador tinha explicado e muito bem, acabavam por ser mitigados, uma vez que o trabalhador já se encontrava a receber somente o pagamento da diferença da categoria profissional que tinha para desempenhar no cargo de dirigente. Os vereadores do Partido Socialista questionavam se aquele compromisso assumido pelo senhor Presidente e pela senhora vereadora, se tinha sido um compromisso para ser assumido nas próximas nomeações na Câmara Municipal de Setúbal.

Sr. Presidente da Câmara – Respondendo às questões que tinham sido colocadas começou por informar o senhor vereador Fernando Negrão que a Câmara Municipal já tinha desenvolvido as iniciativas que eram necessárias naquelas situações, tendo sido entregue junto do Ministério da Púbblico para que pudesse desenvolver todo aquele processo. Sabiam que aquelas situações levavam tempo, no entanto, iam questionar sobre o que tinha acontecido, porque certamente já tinha havido um desenvolvimento por parte do Ministério da Justiça. Durante cerca de um mês tiveram que solicitar à PSP para que colocassem um agente na porta da Câmara, porque todos os dias e a qualquer hora do dia, o cidadão em questão vinha a incomodar os trabalhadores, inclusivamente fazendo ameaças. Tinham acontecido outras situações com trabalhadores ou mesmo consigo próprio na rua. Tratava-se de uma pessoa que não estava bem e que precisava de tratamento, era essa a avaliação que faziam, sendo que algumas ameaças não passaram disso, no entanto, estavam de acordo que era necessário prevenir e tinha sido nesse sentido que tinham atuado. Havia cerca de oito dias que o referido senhor não se deslocava à Câmara, significava que tinha havido desenvolvimento nas medidas tomadas pela justiça. Naquele momento, não sabia dizer exatamente o que se passava e das medidas que tinham sido tomadas, mas em função da questão que tinha sido colocada certamente que no dia seguinte ia solicitar informação sobre a situação em questão. Um dos dias em que saiu do carro junto ao edifício dos Paços do Concelho deparou-se com o referido cidadão, o qual o tinha seguido no seu caminho sem que o tivesse abordado. Significava que tinha existido alguma medida que tinha sido tomada e

que estava a ser respeitada. Desconhecia se aquela medida tinha sido tomada apenas para o Presidente da Câmara, uma vez que tinha acontecido essa abordagem com o senhor vereador Fernando Negrão. Provavelmente a iniciativa judicial não tinha tido em conta os restantes vereadores ou os trabalhadores da Câmara Municipal, porque também tinha acontecido aquele tipo de abordagem com vários trabalhadores, sendo que nos registos enviados ao Ministério da Justiça tinha sido referenciado as várias situações com vários trabalhadores da Câmara Municipal. Prometeu aos vereadores que no dia seguinte iam procurar saber que medidas é que já tinham sido decididas e ia comunicar a situação denunciada pelo senhor vereador Fernando Negrão. Caso viesse a verificar a necessidade de mais alguma iniciativa junto do Tribunal, certamente que o fariam. Relativamente à relação que o referido cidadão tinha com a Câmara, estava relacionada com um processo muito antigo. Tinha havido várias reuniões com os serviços da Câmara onde o cidadão em questão tinha tido a oportunidade de explicar todas as situações, sendo que os serviços estavam a acompanhar a situação, inclusive do ponto de vista jurídico, para que pudessem tomar as iniciativas consideradas necessárias naquele momento. Toda a situação estava a ser acompanhada e não havia razão nenhuma para que o senhor continuasse com aquelas iniciativas.

Relativamente à questão da toponímia, informou o senhor vereador Joel Marques de que tinha tomado registo, porque não tinha conhecimento da situação. Na próxima reunião haveria condições para propor a criação da nova Comissão de Toponímia. Tinha havido um ligeiro atraso, porque também estavam no início de mandato, mas na próxima reunião de Câmara seria apresentada essa proposta e assim estariam criadas todas as condições, inclusive para que pudessem verificar a ata que o senhor vereador Joel Marques tinha referido, para que fosse atribuído aquele topónimo de acordo com as decisões que tinham sido tomadas.

Informou o senhor vereador Vítor Ferreira que já tinha feito um ponto da situação, sendo que a solidariedade seria em conjunto, não podendo ser de outra forma.

Relativamente à questão da Quinta da Parvoíce informou a senhora vereadora Patrícia Paz que a Câmara Municipal comprometera-se com a Secretaria de Estado da Habitação, com o IHRU, mas infelizmente aqueles processos não eram fáceis, porque existiam regras, leis e normas que as entidades da Administração tinham de cumprir e depois não se coadunavam com as exigências de encontrar uma solução para despachar um processo, onde podia existir uma residência e que seria possível colocar uma determinada pessoa. Tratava-se de situações muito complicadas. Tinha havido a boa disponibilidade em particular da senhora Secretária de Estado, a qual lhe terá telefonado recentemente, colocando toda a sua dinâmica e empenhamento, no entanto, os regulamentos administrativos, naquele caso, era o IHRU, obrigava a cumprimentos que não se coadunavam com aquelas exigências. Realizara-se na semana anterior uma reunião com os dois departamentos da Câmara e com os respetivos vereadores que acompanhavam aquele processo, tendo surgido algumas ideias que contornavam um pouco a questão da procura de residência. Estavam a ser feitos uns estudos no sentido de poderem encontrar uma alternativa àquela que tinham iniciado. Provavelmente na próxima semana já haveria condições para a avaliação dos custos daquelas alterações, para dar resposta à senhora Secretária de Estado e também para propor ao IHRU, caso a senhora Secretária de Estado assim o entendesse, uma alteração relativamente àquilo que tinha sido combinado, que a Câmara Municipal se tinha comprometido encontrar locais para alojamento das pessoas, sendo que seria o IHRU a pagar esses alojamentos, sendo que seria naquele caso que residia o problema, porque tinham que obedecer a determinados critérios que não permitiam a agilidade para aqueles processos, tendo também em conta as regras do mercado. Podia garantir à senhora vereadora Patrícia Paz que aquele processo estava a ser devidamente acompanhado e que tinha havido uma troca de informação e disponibilidade da senhora Secretário de Estado. Iam ver se na próxima semana conseguiam obter uma proposta alternativa, marcando uma reunião com a senhora Secretário de Estado e posteriormente apresentar a proposta ao IHRU, no sentido de continuarem com aquele processo, que era urgentíssimo que fosse solucionado.

Informou o senhor vereador Fernando José relativamente ao “e-mail” do STAL, que tinha sido dirigido aos trabalhadores da Câmara, a pessoa que tinha mandado o e-mail tinha tomado a iniciativa de se identificar e pediu desculpas, uma vez que o mesmo se destinaria somente para alguns dos seus companheiros, para participarem na manifestação. Justificou que ao ter carregado no “e-mail” o enviou para toda a rede que tinha disponível, que naquele caso incluía todos os trabalhadores da Câmara. A pessoa em questão tinha tomado a iniciativa de pedir desculpa pela ocorrência. Tratava-se de uma situação que podia acontecer a qualquer um, sendo que o mesmo podia acontecer consigo mesmo, uma vez que não estava devidamente integrado nas novas tecnologias. Desconhecia se a pessoa em questão era alguma “expert” nas tecnologias, no entanto, tinha tomado a iniciativa de ter feito um pedido de desculpas para a mesma rede, explicando a razão porque é que aquela situação tinha acontecido. Considerou lamentável que tivesse acontecido uma situação daquelas.

No que se refia à questão da vigília junto ao Hospital de São Bernardo, recordou o senhor vereador Fernando José, que o mesmo terá dito que a Câmara Municipal tinha sido envolvida deliberadamente na campanha eleitoral, quando na realidade quem tinha feito daquele espaço uma manifestação significativa de campanha eleitoral tinha sido o senhor vereador Fernando José em toda a sua intervenção. Lembrou o senhor vereador Fernando José que o Presidente da Câmara tinha competências e responsabilidades e tinha sido nessa função e com essa responsabilidade que tinha tomado a iniciativa de se dirigir aos senhores presidentes das Câmaras de Palmela e Sesimbra, com o intuito de desafiar para a constituição daquele fórum intermunicipal, sendo que a participação era em primeiro lugar dos presidentes das câmaras, se assim o entendessem e tinha sido assim que eles tinham entendido, por essa razão também não tinham levado a reunião de câmara aquela decisão. Tratava-se de iniciativas que os próprios presidentes de câmara podiam tomar e tinha sido daquela forma que tinha acontecido.

Com campanhas eleitorais ou sem campanhas eleitorais, quando estava em causa a defesa da saúde das pessoas, quando estava em causa a própria vida das pessoas, não havia campanhas eleitorais que resistissem, tomando a iniciativa de uma grande responsabilidade. Chegou a anunciar em reunião de câmara que enquanto Presidente da Câmara, tinha escrito ao senhor Primeiro-Ministro sobre o problema que existia no Centro Hospitalar de Setúbal e em particular no Hospital de São Bernardo, situação que já lhe tinha sido reportada por um conjunto de diretores de serviços, enquanto Presidente da Assembleia Municipal e que tinha voltado a ser colocada por vários representantes dos trabalhadores da saúde, razão pela qual entendeu escrever uma carta ao senhor Primeiro-Ministro, solicitando uma reunião, para que a Câmara Municipal pudesse ajudar a encontrar soluções dentro das suas disponibilidades. O senhor Primeiro-Ministro escreveu ao Presidente da Câmara de Setúbal dizendo que “*Atendendo à matéria em causa tinha enviado o pedido para a senhora Ministra da Saúde*”. A senhora Ministra da Saúde, como todos sabiam, já tinha vindo ao Hospital de São Bernardo, no entanto, já tinham passado três meses e a senhora Ministra ainda não tinha dirigido uma palavra à Câmara Municipal de Setúbal. Pelo que questionou o senhor vereador Fernando José se achava que aquela situação tinha sido normal e se achava que aquela relação institucional, que era aquilo que estava em causa, fosse considerada normal, relativamente a uma matéria que todos tinham conhecimento, que estava relacionada com a degradação daqueles serviços, apesar do esforço e da dedicação que os profissionais de saúde faziam todos os dias no atendimento aos utentes. Questionou o senhor vereador Fernando José se achava que tudo aquilo se compadecia por ser ou não campanha eleitoral, quando na realidade tratava-se de entendimentos diferentes. A iniciativa que tinha ocorrido no dia anterior tinha tido a participação de muita gente que não tinha nada a ver com questões partidárias. Era uma questão de ser-se solidário, de estar no terreno e na afirmação da sua situação junto das populações, junto dos profissionais de saúde e tinha sido aquilo que tinham feito e continuariam a fazer. Informou o senhor vereador Fernando José, que na primeira reunião do fórum onde tinha participado um leque variado de responsáveis, para além dos autarcas das freguesias, tinham decidido que era necessário continuar a tomar iniciativas, uma vez que da parte do Governo não havia resposta às solicitações que tinham sido

colocadas e tinha sido tomada uma iniciativa cívica de apelo, de chamada de atenção, para com aquele problema. Aquele encontro tinha ocorrido em dezembro, tendo sido agendada para o dia 11 de janeiro a vigília, que na altura se falou para que não se confundisse com a campanha eleitoral, mas nos primeiros dias de janeiro verificaram a tendência do aumento do COVID e entenderam protelar a referida iniciativa por uma semana. Tinham entendido que não deviam misturar os factos, porque podia tirar alguma força e haver alguém que se pudesse aproveitar da iniciativa para que depois viesse dizer que se tratavam de manifestações de algumas forças políticas. Não tinha sido esse o objetivo e nunca seria esse o objetivo. Se alguém viesse dizer que tinham marcado aquela manifestação para aquela data, porque era a campanha eleitoral e porque era a posição do partido A ou B, que estava a defender posições, isso seria um aproveitamento político.

Relativamente à questão do diretor clínico do hospital que se tinha demitido, que o senhor vereador tinha dito *“que na realidade não se tinha demitido”*, era um facto que o senhor diretor tinha participado nas iniciativas do fórum e, inclusivamente, chamado à atenção para os problemas, sendo que o mesmo tinha conhecimento daquilo que estava em causa e apontava soluções para resolver os problemas. Antes de ontem tinha tido uma reunião em que o senhor diretor não participou, porque tinha a sua atividade profissional e familiar, com um conjunto de médicos especialistas do hospital, na véspera ou na antevéspera da vigília e onde mais uma vez, falaram sobre as dificuldades que continuavam a crescer. Ainda no dia da vigília, alguns diretores e médicos abordaram-no, alertando para a importância de continuar aquela denúncia, porque a qualquer momento podia haver uma situação de rutura, a qual só não tinha acontecido porque aqueles trabalhadores da saúde davam tudo o que podiam para manter o hospital a funcionar. O senhor vereador Fernando José tinha a sua opinião, mas aquela situação era um facto. O executivo CDU não misturava as coisas e era necessário continuar a denunciar aquela situação, lamentando que mais uma vez, a relação institucional tinha sido quebrada quando os cidadãos de Setúbal, de Palmela e de Sesimbra e quando os profissionais de saúde precisavam tanto da intervenção do Governo, sem que tivesse havido qualquer resposta. Admitiam que houvesse pessoas que desconhecem o pormenor de algumas situações, no entanto, o senhor vereador Fernando José tinha dito que na semana anterior, o hospital tinha recebido 60 médicos para reforçar a equipa. O senhor vereador Fernando José sabia perfeitamente que aqueles jovens médicos tinham vindo para o hospital fazer formação e não tinham capacidade de autonomia, questão que tinha sido colocada nas várias reuniões que fizeram. Na realidade, tratava-se de pessoas com formação, no entanto, aqueles médicos vinham para se especializar e receber mais formação, não sendo médicos com autonomia para atuar naquilo que eram os casos graves, que todos os dias ali chegavam, às dezenas ou às centenas. Aquilo que o senhor vereador Fernando José tinha dito servia apenas para espalhar a confusão. O hospital recebera mais de 60 jovens médicos, tal como recebia em anos anteriores, mas que depois se iam todos embora e deixavam a situação do hospital da forma como estava, por essa razão é que continuavam a reivindicar uma medida fundamental, para que o hospital fosse reclassificado, permitindo que uma boa parte daqueles jovens médicos, quando terminassem a formação/especialização pudessem ficar no hospital e pudessem dar dignidade ao serviço público de saúde, que aquele hospital e o Centro Hospitalar de Setúbal representavam. Era aquilo que estava em causa e isso não se compadecia com qualquer campanha eleitoral, como tal, tinham opiniões diferentes sobre a matéria. Isso tinha que ser dito e tinha que ser assumido. Disse que podia garantir que estava prevista uma próxima reunião do referido fórum, para que as coisas ficassem claras, depois daquilo que tinha sido dito no dia anterior por todos e do que tinha sido dito ao longo daquele tempo e que era reconhecido por todos, e só em caso extraordinário haveria mais alguma iniciativa durante aquele período da campanha eleitoral. Fora anunciado no dia anterior, que na primeira semana de fevereiro haveria novamente uma reunião do Fórum Municipal de Saúde e que, nessa altura, todos os autarcas, os representantes das comissões de utentes, os representantes dos trabalhadores do hospital iriam avaliar a situação e tomar as medidas que fossem adequadas para continuar naquela luta, a luta pela defesa do Serviço Nacional de Saúde, a luta por aquele hospital e Centro Hospitalar de Saúde. Não ia desenvolver todas as

outras questões, bastava que se centrasse sobre aquela, para justificar a sua posição e a posição de todos aqueles que participaram no dia anterior na vigília. Como sabiam, existia todo um outro conjunto de problemas que tinham de ser equacionados e era, nesse sentido, que pretendia falar com o Governo. Não tinha tido a oportunidade com o anterior Governo, no entanto, pretendia falar com o próximo Governo, por essa razão terá sido dito, como se encontravam em campanha eleitoral, que os candidatos do Distrito de Setúbal, que viessem a ser eleitos para a Assembleia da República, levassem aquela mensagem, para que nos primeiros dias da sua eleição pudessem tomar medidas para que aquela situação fosse ultrapassada. Provavelmente alguns daqueles candidatos iriam integrar o futuro Governo, levando também essa mensagem no sentido de resolverem aquele problema.

Disse que estavam disponíveis, enquanto Câmara Municipal, enquanto cidadãos, enquanto responsáveis, enquanto técnicos, enquanto profissionais de saúde, para ajudar. Tinha sido isso que aqueles médicos, aqueles profissionais, aqueles dirigentes de serviços tinham dado um exemplo extraordinário e que todos deviam ter como referência na sua vida, ao terem-se demitido das suas funções como diretores de serviço, mas continuarem a prestar o serviço de saúde que lhes competia no serviço público e que com muito orgulho o exerciam.

Um dos médicos com quem tinha estado no dia anterior e tinha tido a oportunidade de falar estava muito satisfeito, porque podia finalmente aposentar-se, porque tinha uma jovem substituta. Aquele era o lema, aquela era a grande preocupação daqueles profissionais que se demitiam, mas que continuavam a trabalhar na defesa do serviço público de saúde para todos os cidadãos. Era um exemplo que deviam reter nas suas vidas.

Pediu desculpas pela sua exaltação emotiva, mas considerou que fazia sentido, porque deviam sempre seguir aqueles bons exemplos.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que o senhor Presidente tinha ficado por responder à questão das nomeações.

Quanto à questão do Serviço Nacional de Saúde, informou o senhor Presidente que estava praticamente de acordo em tudo, na defesa do Serviço Nacional de Saúde, na defesa do Centro Hospitalar. A senhora Ministra tinha estado em Setúbal para falar com o Presidente do conselho de administração, com o diretor clínico demissionário e com os profissionais de saúde e tinha vindo para resolver os problemas, tendo dado resultado, dando um primeiro passo importante. Informou o senhor Presidente que estava praticamente de acordo em tudo e estavam lado a lado na defesa do Serviço Nacional de Saúde, do Centro Hospitalar, não só o Hospital de São Bernardo, mas também o Hospital Ortopédico que tinham que continuar a ser referência a nível nacional.

Questionou o senhor Presidente sobre qual seria a diferença entre fazer a manifestação no dia anterior e fazer no dia 31. Questionou sobre qual o facto novo que tinha surgido, que tinha levado a que a “manifestação” vigília tivesse que ser feita no dia anterior e que não podia ter sido feita no dia 31.

Sr. Presidente da Câmara – Informou o senhor vereador Fernando José que tinha respondido às questões que lhe tinham sido colocadas. O senhor vereador Fernando José dizia que estavam todos do mesmo lado e via-se no dia-a-dia, no terreno e nas ações em concreto. Desde que a senhora Ministra tinha vindo em dezembro, até ao presente não conhecia, nem lhe tinha sido transmitida por nenhum profissional responsável do hospital de Setúbal que tivesse acontecido alguma coisa de novo.

O diretor clínico continuava a participar naquele fórum, porque continuava a considerar que era uma luta justa e que era para continuar fora das eleições, fora da campanha eleitoral ou dentro da campanha eleitoral. Era assim que entendia e era assim que ele atuava.

Relativamente à questão que o senhor vereador tinha colocado, sobre os trabalhadores, já tinha repetido algumas vezes e continuava a dizer, aquilo que faziam como promessas era para cumprir, sobretudo com os trabalhadores da Câmara Municipal de Setúbal.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Informou o senhor Presidente que faltava responder à sua questão, “*Se seria possível ser-lhes facultado o relatório de avaliação, do programa - Nosso Bairro, Nossa Cidade*”.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Deliberação n.º 95/2022 – Proposta n.º 01/2022 – GAP – Representante do Município na ENA – Agência de Energia e Ambiente da Arrábida (Retificação da Proposta n.º 008A/2021/GAP)

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.ºs 8, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

2. Deliberação n.º 96/2022 – Proposta n.º 02/2022 – GAP – Nomeação de Representante do Município na Associação da Baía de Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob os registos n.ºs 9 e 10.

Sr. Vereador Vítor Ferreira – Disse desconhecer se já não podiam ter considerado o senhor Ricardo Oliveira como vereador, uma vez que ele já tinha tomado posse. Não o incomodava o facto de estar como adjunto da presidência, apenas porque ele já tinha tomado posse. Admitia que houvesse uma formalidade qualquer que impediria aquela situação, no entanto, simpatizava com a ideia pelo facto do mesmo ser vereador.

Sr. Presidente da Câmara – Informou o senhor vereador Vítor Ferreira, que não tinha nada contra as considerações que tinha feito, mas era importante que a Câmara Municipal conseguisse encontrar as melhores soluções, dentro de um quadro que tinha existido ao longo de vários anos, de uma boa representação da Câmara Municipal e do executivo municipal na Associação da Baía, que tinha sido constituída em 2004 e que tinha projetado o nome de Setúbal por esse mundo e que em Setúbal tinha desenvolvido um conjunto de iniciativas. Tratava-se de uma associação bem representativa dos interesses económicos, dos interesses da área do turismo em Setúbal e da região. Da sua direção faziam parte as principais entidades ligadas às atividades económicas e ao turismo. Congratulou-se pelo facto de uma associação que tinha sido criada pela iniciativa da Câmara Municipal, que tivesse atingido aquela notoriedade e que tivesse desenvolvido aquele trabalho que era reconhecido por todos, o qual pretendia que continuasse sempre nesse caminho.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

3. Deliberação n.º 97/2022 – Proposta n.º 55A/2021 – DAF/DICOMP/SECOMP – Abertura de Concurso Público para a Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância Privada no Moinho de Maré da Mourisca, no Forte de São Filipe e no Ecoparque do Outão, pelo período de 12 Meses

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob os registos n.ºs 11 a 13.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que na última reunião de câmara tinham tido a oportunidade de levantar uma questão relativa à falta de pagamento de diversas faturas, precisamente pela prestação dos mesmos serviços que iam ser propostos a levar novamente o concurso. A empresa que, naquele momento, prestava aquele tipo de serviços a Cosmos - Segurança Privada, como tinha sido do conhecimento do senhor Presidente, tinha enviado um “e-mail” com o pedido de agendamento de reunião, dando conhecimento ao Gabinete de Apoio à Presidência e aos vereadores da oposição. Uma vez que estavam perante uma nova proposta de concurso público para a prestação dos serviços, que até àquele momento eram prestados por aquela empresa e tendo conhecimento daquilo que tinha sido a dificuldade nos recebimentos por parte daquela empresa, questionou o senhor Presidente se já tinha tido a oportunidade de reunir ou agendar a reunião com a empresa de acordo com o que tinha sido solicitado.

Questionou se de acordo com aquilo que lhes tinha sido transmitido na última reunião, em que as faturas estavam em conferência, se as mesmas já tinham sido conferidas e se já tinham sido reunidas as condições para proceder ao pagamento dos valores em falta desde maio de 2021.

Aquilo que iam votar era a abertura de um novo concurso público, em que a mesma empresa ou outras se podiam candidatar, vendo adjudicada a prestação daquele serviço, sendo que o importante era garantir a quem o viesse fazer, pudesse receber aquilo que lhe era devido atempadamente, que estava indicado no contrato e que eram de 60 dias após a emissão da fatura.

Sr. Presidente da Câmara – Informou o senhor vereador Joel Marques de que para além daquilo que tinha dito na última reunião, também tinha dito que estava a ser feito um levantamento da situação de dívida a fornecedores e que haviam duas análises a fazer, sendo uma delas relativamente às dívidas mais pequenas, no sentido de serem resolvidas no que se referia aos pagamentos. Era isso que estava a ser feito e com a empresa que o senhor vereador referira, os serviços tinha reunido e fizeram um acordo relativamente àquela situação. Estavam no bom caminho. Congratulou-se pelo facto do senhor vereador Joel Marques ter levantado a questão, porque tinha sido uma forma de ter a oportunidade de prestar um esclarecimento público.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

4. Deliberação n.º 98/2022 – Proposta n.º 43/2021 – DAF/DICOMP/SECOMP – Prestação de serviços para limpeza das instalações desportivas e da Pousada da Juventude, pelo período de 36 meses, ao Abrigo do acordo quadro AQ-HL-2015 celebrado pela entidade de serviços partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP) – Pedido de Aquisição N.º 3326 e 3484/2018/DCDJ - Consulta Prévia n.º 30/2019/DAF/DICOMP/SECOMP

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob os registos n.ºs 14 a 16, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que todas as propostas do ponto n.º 5 ao n.º 85 da Ordem de Trabalhos tinham o mesmo objeto, “*o exercício ou não do direito de preferência*”. Uma vez que tinham o mesmo sentido de voto para todas elas, caso não houvesse oposição propunha que se votassem em conjunto.

Sr. Vereador Vítor Ferreira – Disse que a sua bancada acompanhava a proposta do senhor vereador Fernando Negrão, no entanto, nos pontos n.º 9 e n.º 10 da Ordem de Trabalhos, referente às propostas n.º 48 e n.º 49 respetivamente, havia determinado momento na parte deliberativa em que se falava em submeter à apreciação da Assembleia Municipal, referindo a Lei n.º 75/2013, pelo facto do montante envolvido ultrapassar mil vezes a remuneração mínima mensal garantida. Uma vez que não se tratava de alienar ou adquirir património, tratava-se de exercer o direito de não preferência, ficava a dúvida se fazia o sentido de encaminhar para a Assembleia Municipal. O sentido de voto da bancada do Partido Socialista era favorável, acompanhando aquilo que era a proposta da bancada do PSD.

Sr. Presidente da Câmara – Informou o senhor vereador Vítor Ferreira que infelizmente, tinham votado numa reunião anterior um tipo de proposta de igual teor, que também tinha sido votada em conjunto, onde referia a necessidade de ser apreciada pela Assembleia Municipal, sendo que a proposta em questão já tinha sido enviada para a Assembleia Municipal. Aquele seria um argumento por parte dos serviços e seria uma posição da interpretação jurídica feita pelos serviços, embora percebesse o argumento feito pelo senhor vereador Vítor Ferreira, com o qual tenderia a estar de acordo, mas se não houvesse outro inconveniente, deixariam para a Assembleia Municipal, uma vez que não seria nada de extraordinário. Sabiam do que se estava a tratar e era apenas uma questão de procedimentos.

De acordo com a proposta do senhor vereador Fernando Negrão, iam votar desde o ponto n.º 5 ao ponto n.º 85 da Ordem de Trabalhos, tendo questionado todos os vereadores se estavam de acordo com aquela proposta.

Estando todos de acordo foram as propostas aprovadas por unanimidade.

5. Deliberação n.º 99/2022 – Proposta n.º 44/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Av. São Francisco Xavier, n.º 5 – 4L, União de Freguesias de Setúbal, Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 17, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

6. Deliberação n.º 100/2022 – Proposta n.º 45/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Trabalhador, n.º 12, da União das Freguesias de Azeitão, Azeitão

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 18, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

7. Deliberação n.º 101/2022 – Proposta n.º 46/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Estrada Nacional 10 – Quinta de Canes, Brejos de Canes, Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 19, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

8. Deliberação n.º 102/2022 – Proposta n.º 47/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Estrada Nacional 10 – Quinta de Canes, Brejos de Canes, Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 20, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

9. Deliberação n.º 103/2022 – Proposta n.º 48/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Picheiros, União das Freguesias de Azeitão, Azeitão

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 21, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

10. Deliberação n.º 104/2022 – Proposta n.º 49/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Picheiros, União das Freguesias de Azeitão

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 22, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

11. Deliberação n.º 105/2022 – Proposta n.º 50 /2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Mário Henrique Leiria, n.º 1 – 5.º Esq., da Freguesia de São Sebastião, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 23, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

12. Deliberação n.º 106/2022 – Proposta n.º 51/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Camilo Castelo Branco, n.º 167 – 5.º Esq., da Freguesia de São Sebastião, Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 24, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

13. Deliberação n.º 107/2022 – Proposta n.º 52/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Av. Bento Gonçalves, n.ºs 13 e 15 – 4.º andar Esq., Freguesia de São Sebastião, Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 25, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

14. Deliberação n.º 108/2022 – Proposta n.º 53/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Minas da Borralha, n.º 10 - R/C Dt., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 26, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

15. Deliberação n.º 109/2022 – Proposta n.º 54/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Dr. Miguel Torres, n.º 4, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 27, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

16. Deliberação n.º 110/2022 – Proposta n.º 55/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Jaime Cortesão, n.º 17, São Sebastião, Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 28, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

17. Deliberação n.º 111/2022 – Proposta n.º 56/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo da Cidade de Magdeburgo, n.º 1 – 3.º Dt.º, da Freguesia de São Sebastião, Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 29, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

18. Deliberação n.º 112/2022 – Proposta n.º 57/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua das Gaivotas, n.º 29, cave Dt., Freguesia de São Sebastião, Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 30, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

19. Deliberação n.º 113/2022 – Proposta n.º 58/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Luísa Todi, n.ºs 291 a 297, Rua do Gaz, n.ºs 1 a 9 e Rua Guilherme Gomes Fernandes, n.ºs 2 a 10 - Fração B, União de Freguesias de Setúbal, Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 31, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

20. Deliberação n.º 114/2022 – Proposta n.º 59/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Luísa Todi, 291 a 297, Rua do Gaz, 1 a 9 e Rua Guilherme Gomes Fernandes, 2 a 10 - Fração M, União de Freguesias de Setúbal, Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 32, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

21. Deliberação n.º 115/2022 – Proposta n.º 60/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Serpa Pinto, n.ºs 5, 7 e 9 - R/c Dto., União de Freguesias de Setúbal, Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 33, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

22. Deliberação n.º 116/2022 – Proposta n.º 61/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Travessa de Alvalade, 10, M-Dt., Freguesia de São Sebastião, Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 34, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

23. Deliberação n.º 117/2022 – Proposta n.º 62/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua das Carmelitas, n.ºs 11 e 13, União de Freguesias de Setúbal, Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 35, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**24. Deliberação n.º 118/2022 – Proposta n.º 63/2022 – DAF/DICONT/SERGEP –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Beco dos Cobertos, n.º 4, São Sebastião, Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 36, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**25. Deliberação n.º 119/2022 – Proposta n.º 64/2022 – DAF/DICONT/SERGEP –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Rua Fernando Santos, n.º 21 – 3.º Esq, da União de Freguesias de Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 37, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**26. Deliberação n.º 120/2022 – Proposta n.º 65/2022 – DAF/DICONT/SERGEP –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Rua Francisco Sá de Miranda, n.º 4, em Azeitão**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 38, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**27. Deliberação n.º 121/2022 – Proposta n.º 66/2022 – DAF/DICONT/SERGEP –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Rua do Mormugão, n.º 42 – 9.º C, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 39, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**28. Deliberação n.º 122/2022 – Proposta n.º 67/2022 – DAF/DICONT/SERGEP –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Avenida D. Pedro V, Lote 36A – 4.º andar B, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 40, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

29. Deliberação n.º 123/2022 – Proposta n.º 68/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida D. Pedro V, Lote 36 A – 1.º D, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 41, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

30. Deliberação n.º 124/2022 – Proposta n.º 69/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida D. Pedro V, Lote 36 A – 2.º A, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 42, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

31. Deliberação n.º 125/2022 – Proposta n.º 70/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Antão Girão, n.º 77, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 43, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

32. Deliberação n.º 126/2022 – Proposta n.º 71/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Silva Porto, n.º 8 – 5.º Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 44, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

33. Deliberação n.º 127/2022 – Proposta n.º 72/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Batalha do Viso, n.º 141 – 1.º Dto., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 45, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

34. Deliberação n.º 128/2022 – Proposta n.º 73/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Estrada Nacional 10 – Quinta de Canes, Brejos de Canes, Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 46, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

35. Deliberação n.º 129/2022 – Proposta n.º 74/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Estrada Nacional 10 – Quinta de Canes, Brejos de Canes, Bloco 5 – Piso Térreo, Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 47, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

36. Deliberação n.º 130/2022 – Proposta n.º 75/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Estrada Nacional 10 – Quinta de Canes, Brejos de Canes, Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 48, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

37. Deliberação n.º 131/2022 – Proposta n.º 76/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Bernardim Ribeiro, n.º 14, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 49, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

38. Deliberação n.º 132/2022 – Proposta n.º 77/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua 8 de maio de 1928, n.º 7 – R/C A, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 50, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

39. Deliberação n.º 133/2022 – Proposta n.º 78/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Padre José Maria Nunes da Silva, n.º 139 – 1.º Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 51, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

40. Deliberação n.º 134/2022 – Proposta n.º 79/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua D. Lourenço Dinis, n.º 26, Vila Nogueira de Azeitão, em Azeitão

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 52, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

41. Deliberação n.º 135/2022 – Proposta n.º 80/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida da República da Guiné Bissau, n.º 26 – 9.º Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 53, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

42. Deliberação n.º 136/2022 – Proposta n.º 81/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Antigo Olival, n.º 8 – 1.º E22, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 54, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

43. Deliberação n.º 137/2022 – Proposta n.º 82/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. Álvaro Gomes, n.º 13 – 1.º Dto., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 55, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**44. Deliberação n.º 138/2022 – Proposta n.º 83/2022 – DAF/DICONT/SERGE P –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Praceta João dos Santos, n.º 2 – 3.º Dto., Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 56, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**45. Deliberação n.º 139/2022 – Proposta n.º 84/2022 – DAF/DICONT/SERGE P –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Praceta Professor Hernâni Cidade, n.º 3 – 1.º J, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 57, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**46. Deliberação n.º 140/2022 – Proposta n.º 85/2022 – DAF/DICONT/SERGE P –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Praceta Miguel Torga, n.º 2 – 1.º Dto., em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 58, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**47. Deliberação n.º 141/2022 – Proposta n.º 86/2022 – DAF/DICONT/SERGE P –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Avenida Nuno Álvares, n.º 9 – 1.º esq., em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 59, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**48. Deliberação n.º 142/2022 – Proposta n.º 87/2022 – DAF/DICONT/SERGE P –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Rua Fernando Garcia, n.ºs 31 e 33, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 60, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

49. Deliberação n.º 143/2022 – Proposta n.º 88/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida D. Pedro V, Lote 36 A – R/C C, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 61, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

50. Deliberação n.º 144/2022 – Proposta n.º 89/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida D. Pedro V, Lote 36 A – 3.º andar D, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 62, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

51. Deliberação n.º 145/2022 – Proposta n.º 90/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida D. Pedro V, Lote 36 A – R/C B, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 63, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

52. Deliberação n.º 146/2022 – Proposta n.º 91/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida D. Pedro V, Lote 36 A – R/C A, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 64, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

53. Deliberação n.º 147/2022 – Proposta n.º 92/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida D. Pedro V, Lote 36 A – 6.º B, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 65, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.



54. Deliberação n.º 148/2022 – Proposta n.º 93/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida D. Pedro V, Lote 36 A – 2.º C, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 66, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

55. Deliberação n.º 149/2022 – Proposta n.º 94/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Trabalhadores do Mar, n.ºs 19, 21 e 23, União de Freguesias de Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 67, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

56. Deliberação n.º 150/2022 – Proposta n.º 95/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Professor Hêrnani Cidade, n.º 3 – 1.º J, freguesia de São Sebastião, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 68, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

57. Deliberação n.º 151/2022 – Proposta n.º 96/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua José Fontana, n.º 8 – Casal de Bolinhos, União das Freguesias de Azeitão, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 69, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

58. Deliberação n.º 152/2022 – Proposta n.º 97/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Vale de Barreiras, n.º 12, União das Freguesias de Azeitão, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 70, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

59. Deliberação n.º 153/2022 – Proposta n.º 98/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de São Gonçalo, n.º 396, Vale de Choupos, União das Freguesias de Azeitão, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 71, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

60. Deliberação n.º 154/2022 – Proposta n.º 99/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Dr. José Romão, n.º 28 - 7.º B, freguesia de São Sebastião, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 72, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

61. Deliberação n.º 155/2022 – Proposta n.º 100/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Joaquim José Santana, n.ºs 11 e 13, São Sebastião, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 73, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

62. Deliberação n.º 156/2022 – Proposta n.º 101/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo Alberto Mendes Fialho, n.º 5 – 4.º B, São Sebastião, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 74, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

63. Deliberação n.º 157/2022 – Proposta n.º 102/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Urbanização Quinta do Chão Duro, Lote 2, União das Freguesias de Azeitão

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 75, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

64. Deliberação n.º 158/2022 – Proposta n.º 103/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Diogo Botelho, n.º 2, Guarda do Pinheiro, União das Freguesias de Azeitão

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 76, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

65. Deliberação n.º 159/2022 – Proposta n.º 104/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua António Aleixo, n.º 7 – 3.º Esq., freguesia de São Sebastião, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 77, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

66. Deliberação n.º 160/2022 – Proposta n.º 105/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Humberto Delgado, n.ºs 7 e 9, União das Freguesias de Azeitão

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 78, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

67. Deliberação n.º 161/2022 – Proposta n.º 106/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Camilo Castelo Branco, n.º 22 – 7.º A, São Sebastião, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 79, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

68. Deliberação n.º 162/2022 – Proposta n.º 107/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de Timor, Lote 305, União das Freguesias de Azeitão

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 80, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

69. Deliberação n.º 163/2022 – Proposta n.º 108/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Antão Girão, n.º 77, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 81, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

70. Deliberação n.º 164/2022 – Proposta n.º 109/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Amílcar Cabral, n.º 16 – 5.º A, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 82, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

71. Deliberação n.º 165/2022 – Proposta n.º 110/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Pinheirinhos, n.º 21 – 1.º Fte., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 83, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

72. Deliberação n.º 166/2022 – Proposta n.º 111/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência - Rua São João de Deus, Lote 108 – 3.º Dto., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 84, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

73. Deliberação n.º 167/2022 – Proposta n.º 112/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência - Rua da Areia, Lote 144, Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 85, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

74. Deliberação n.º 168/2022 – Proposta n.º 113/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência - Rua Nova, n.º 17, Casal das Figueiras, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 86, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

75. Deliberação n.º 169/2022 – Proposta n.º 114/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência - Rua António Joaquim Henriques, n.º 3, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 87, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

76. Deliberação n.º 170/2022 – Proposta n.º 115/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência - Rua de Almada, n.ºs 5, 7 e 9, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 88, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

77. Deliberação n.º 171/2022 – Proposta n.º 116/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência - Rua dos Pessegueiros, Quinta da Amizade, Lote 207, 1.º Dto., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 89, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

78. Deliberação n.º 172/2022 – Proposta n.º 117/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência - Avenida D. Pedro V, Lote 36 A – 5.º Andar D, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 90, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

79. Deliberação n.º 173/2022 – Proposta n.º 118/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência - Avenida D. Pedro V, Lote 36 A – 5.º Andar B, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 91, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

80. Deliberação n.º 174/2022 – Proposta n.º 119/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência - Avenida D. Pedro V, Lote 36 A – 4.º Andar D, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 92, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

81. Deliberação n.º 175/2022 – Proposta n.º 120/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua das Carmelitas, n.ºs 11 e 13, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 93, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

82. Deliberação n.º 176/2022 – Proposta n.º 121/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência - Avenida D. Pedro V, Lote 36 A – 2.º D, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 94, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

83. Deliberação n.º 177/2022 – Proposta n.º 122/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência - Avenida D. Pedro V, Lote 36 A – 3.º A, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 95, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

84. Deliberação n.º 178/2022 – Proposta n.º 123/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência - Rua Associação de Moradores, n.º 94, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 96, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

85. Deliberação n.º 179/2022 – Proposta n.º 124/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência - Rua Engenheiro Henri Perron, n.º 16 – 5.º B, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 97, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

86. Deliberação n.º 180/2022 – Proposta n.º 125/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Cedência em regime de direito de superfície, a constituir sobre o lote de terreno n.º 14, com área de 3830m2, sito em Poço Mouro, à Associação de Solidariedade Social da Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob os registos n.ºs 98 e 99.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Questionou o senhor Presidente se seria possível fazer uma caracterização daquilo que iria ser aquela IPSS, sobre o número de utentes, o número de quantos quartos e sobre o apoio domiciliário.

Sr. Presidente da Câmara – Informou o senhor Vereador Fernando Negrão que tinha lido no documento que se tratava de um centro de dia, uma residencial de idosos, com uma unidade de cuidados continuados e apoio domiciliário. Tratava-se de uma associação que seria uma IPSS, que iria concorrer ao programa PAR, daí a urgência daqueles procedimentos. Tinha havido um problema relacionado com registo na Conservatória, mas de acordo com o serviço, tratava-se de um processo administrativo que estava em curso e tendo em conta o objetivo a que se destinava e porque obedecia a apresentação de um projeto devidamente aprovado pelas entidades competentes, posteriormente é que esse projeto seria candidatável. Por essa razão existiam prazos que eram importantes que fossem cumpridos, daí terem apresentado a proposta para que aquele serviço à população pudesse acontecer naquela freguesia, uma vez que se tratava de uma freguesia que, como todos sabiam, tinha grandes dificuldades naquela área.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

87. Deliberação n.º 181/2022 – Proposta n.º 01/2022 – DAAE/GAPAE – Isenção de taxas de Licenças Especiais de Ruído – Dezembro de 2021

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 100, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

88. Deliberação n.º 182/2022 – Proposta n.º 02/2022 – DAAE – Moção – Contra o agravamento da tarifa de resíduos e em defesa de um serviço público de gestão de resíduos

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 100-A.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que a bancada do Partido Socialista acompanhava globalmente as preocupações que tinham sido apresentadas e que estavam expressas naquela moção. Considerando pelo “*timing*” em que ela era apresentada, não aprofundava temas que seriam também relevantes no que respeitava à gestão de resíduos sólidos urbanos e às tarifas que seriam praticadas. A Amarsul tinha de uma forma genérica três tipos de receitas, as receitas que decorriam da venda de energia produzida em aterro, nomeadamente através da produção de aproveitamento de gás metano, receitas essas que tinham vindo a reduzir. Tinha também receitas obtidas pela venda dos recicláveis que eram recolhidos, a qual também não tinha registado uma evolução positiva. Também tinha receitas em cujas tarifas eram definidas pela Ersar e que seria a receita que mais os preocupava e que revertia as suas preocupações, que era a receita cobrada aos municípios, que naturalmente era transferida para os munícipes. Preocupavam-lhes, para além daquilo que lhes tinha sido apresentado na moção trazida pela CDU, o facto de o “*PERSU 2020 - Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos*” já ter terminado e o “*PERSU 2030*” estar ainda em elaboração, não estando ainda definida uma política setorial para os próximos anos, o qual consideravam que seria importante que fosse elaborado esse plano da responsabilidade da APA, no mais curto espaço de tempo possível. Por outro lado, Portugal era o sétimo país da União Europeia que mais embalagens produzia “*per capita*” e era o décimo em termos de reciclagem daqueles resíduos, abaixo da média europeia, o que dificultava o cumprimento das metas comunitárias, quer à reciclagem quer à redução de deposição de resíduos em aterro. Por essa razão, era fundamental que fossem atualizados valores de contrapartida, pagos pelo serviço de recolha seletiva e tratamento de matérias recicláveis que já não eram atualizados desde 2017 e que colocavam em causa o princípio da responsabilidade alargada do produtor, acabando por transferir para os diversos municípios, uma responsabilidade e um ónus financeiro que devia também de ser partilhado com quem produzia esses resíduos. Por essa razão, era urgente que fosse alterado o modelo de funcionamento dos sistemas, incrementando participação de produtores e embaladores, na proporção correspondente à sua responsabilidade, pelos resíduos produzidos e desonerando na mesma proporção os municípios e os munícipes, porque só dessa forma seria possível garantir uma verdadeira responsabilização por parte daqueles que em primeira mão produziam o resíduo que tinha que ser tratado.

Sr. Presidente da Câmara – Disse que subscrevia a moção porque fazia todo o sentido. O assunto que estava em causa era um pouco mais profundo do que aquilo que constava na moção. Aquela moção era apresentada no sentido de poder vir a ter o apoio das várias forças políticas representadas na Câmara Municipal, porque isso daria força à iniciativa e daria força para chamar a atenção a quem de direito, para que tivesse em conta a situação que se vivia naquele domínio.

Não podia deixar de referir aquilo que lhe parecia ser mais substancial naquele problema. Ouviam os munícipes dizer, o que não deixava de corresponder em alguns aspetos à verdade, que pagavam a água mais cara do país, na realidade pagavam uma fatura da água que era pesada, que do ponto de vista social não estava suficientemente ponderada, tendo em conta os agregados familiares, o seu rendimento. Mas tudo aquilo obedecia ao contrato de concessão o qual tinham que respeitar e que felizmente estava numa fase final. Todos foram dizendo que tinham a água muito cara e atualmente ouviam dizer que não se pagava assim tanto de água na fatura, o que se pagava era de taxas e “taxinhas”, era assim que os cidadãos do município e não só, se referiam. Se fossem verificar os valores que compunham o resultado final que pagavam na fatura, na verdade pagava-se mais de taxas e “taxinhas” do que propriamente aquilo que era o consumo de água, que era a base da fatura que suportava tudo aquilo.

Naturalmente que era importante reduzirem os resíduos, tinham que defender o ambiente, a saúde pública e tinham que pagar por isso, dentro das possibilidades de cada um, mas havia uma situação que estava por detrás daquele problema que viviam. As câmaras municipais da península de Setúbal integraram o sistema chamado Sistema Multimunicipal e nesse Sistema Multimunicipal com as suas divergências, com o estar de acordo ou em desacordo com a criação daquele sistema, na realidade o sistema viveu e mais ou menos foi correspondendo àquilo que eram as dificuldades do seu investimento e no seu melhoramento, levando ao aumento da tarifa colocada aos municípios.

Os municípios ao integrar aquele sistema eram obrigados a depositar todos os resíduos que eram produzidos em cada área do município. Enquanto sistema de gestão pública, a situação foi-se aguentando. Não tinha sido por acaso que a senhora Vice-Presidente incluísse na proposta aquela tabela, na qual podiam verificar que, enquanto gestão pública, as tarifas designadamente da deposição iam-se mantendo, mas quando passaram para uma gestão privada, podiam verificar naquela tabela que os números eram incomportáveis a continuar naquele crescente. Aquela era a questão de fundo, tratava-se de sistemas de interesse público, relacionados com a defesa da saúde pública. No entendimento do executivo deviam ser sistemas públicos, ainda mais quando os municípios eram obrigados àquela opção, não podendo criar no município um sistema que mantendo o tratamento e a separação dos resíduos pudesse baixar as tarifas. A lei que tinha criado o Sistema Multimunicipal, um sistema de gestão pública, impedia que se criassem alternativas, no entanto, essa mesma lei devia impedir que aqueles sistemas fossem privatizados e não o impediu, pelo que se tratava de um erro da lei. Razão pela qual terá apresentado no último congresso da Associação Nacional de Municípios, uma proposta no sentido de reverter as concessões a privados que aquela situação representava e também apresentou na Associação Nacional de Municípios, porque todos os municípios estavam praticamente sujeitos ao mesmo. A EGF era a empresa pública parceira dos municípios na área dos resíduos e essa empresa tinha sido privatizada e ao ter sido privatizada tinha ficado com 51% do capital, enquanto os municípios ficavam com as mesmas obrigações de financiar aquela gestão privada e de integrar no Sistema Multimunicipal. Seria caso para dizer que tinham sido enganados. Ficava ali aquela nota, porque era sobre aquilo que se tratava. Não tinham nada contra as empresas privadas. Muitas das vezes dizia-se que a CDU era contra as empresas privadas, a prática da CDU na gestão do município tinha demonstrado que não tinham nada contra as empresas privadas, tinham contratos e relações com as mais variadas empresas privadas, no entanto, quando se tratava da defesa do interesse público, naturalmente teriam que o defender e naquele caso o interesse público não estava a ser defendido. A continuar com aquela projeção de aumentos de tarifas, referindo-se apenas à taxa da deposição, porque havia a taxa de gestão dos resíduos, embora fosse recebida na fatura da água e viesse para o município, o município tinha que entregar ao Estado o valor daquela tarifa. Para que ficasse claro que o município só tinha despesas do que estava naquela tarifa. Não podia deixar de fazer aquela reflexão e deixar expresso aquela posição, porque era muito importante que os municípios a nível nacional viessem a tomar decisões, no sentido de que os Governos viessem a tomar uma posição de reverter a situação, porque era necessário que a defesa do interesse público fosse

salvaguardada, o que não estava a acontecer. Era necessário que fosse salvaguardado os impactos na saúde, na qualidade de vida das pessoas, que se relacionava com a necessidade de fazer investimentos nas tecnologias mais amigas do ambiente, para que se pudessem aplicar à gestão dos resíduos. Em Portugal, já existiam sistemas que utilizavam tecnologias mais evoluídas e que eram mais amigas do ambiente do que aquelas que existiam na Península de Setúbal, quando a Península de Setúbal tinha sido pioneira naquele modelo de sistemas.

Antes de terem um Sistema Multimunicipal tinham um Sistema Intermunicipal que já funcionava. Tinham que salvaguardar aquelas experiências, aprender com elas e continuar a defender o interesse público.

Gostava que ficasse registado em ata aquela posição e a afirmação da disponibilidade para continuar a lutar, para que tudo viesse a acontecer com a maior brevidade possível.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

89. Deliberação n.º 183/2022 – Proposta n.º 05/2022 – DES/DIAPE – Retificação da proposta nº 2-A/2021/DES-DIAPE - Representantes do Município de Setúbal nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas do Concelho - 2021/2025

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 101, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

90. Deliberação n.º 184/2022 – Proposta n.º 01/2022 – DOM – Empreitada – CP 14/2020 – “Reabilitação do Bairro das Manteigadas – Eficiência Energética” – Homologação de Autos de Medição de Trabalhos

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob os registos n.ºs 102 a 104, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

91. Deliberação n.º 185/2022 – Proposta n.º 02/2022 – DOM – Concurso Público 30/2021/DOM- “Intervenção de Natureza Estrutural para evitar derrocadas na encosta do Forte de São Filipe em Setúbal – Fase 2” - Aprovação do relatório final, adjudicação e aprovação da minuta do contrato

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob os registos n.ºs 105 a 108.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que era do conhecimento geral que aquela intervenção tinha tido numa primeira fase, um valor aproximado de um milhão de euros, a segunda intervenção tinha um valor aproximado de quatro milhões de euros e haveria depois daquela intervenção, que já tinha sido acordada com a Direção Geral do Tesouro e Finanças e com o “POSEUR – Programa Operacional, Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos” uma terceira intervenção, num valor aproximado de três milhões de euros para conclusão da obra.

Tinha sido apresentado naquela deliberação uma proposta de adjudicação, sendo que o relatório do júri estava claro e as várias fases e as várias matérias debatidas também estavam claras. Propunha-se a adjudicação e a aprovação da minuta do contrato para se poder fazer evoluir aquela empreitada tão necessária, para ajudar a resolver o problema da consolidação da encosta de São Filipe.

Sr. Presidente da Câmara – Referiu a importância daquelas intervenções que atingiam valores substanciais. Tratava-se de sustentar e evitar quaisquer problemas na estabilidade das arribas ou das vertentes onde estava instalado o Forte de São Filipe. Numa primeira intervenção parecia na avaliação que tinha sido feita pelos técnicos do “LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil”, que era apenas uma intervenção que resolveria o problema. Quando se estava a fazer a primeira intervenção detetaram que o problema era mais grave e que haviam de considerar os dois níveis de intervenção que o senhor vereador Carlos Rabaçal tinha referido. Para o executivo CDU era muito importante que aquela obra se concluísse o mais rapidamente possível. Sabiam que aquele tipo de intervenções não era fácil e seriam morosas. Era importante referir que para o executivo CDU seria extremamente importante a rapidez daquele processo, porque havia um compromisso de acordo com um trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal, que envolvia outras entidades, tendo em vista logo que estivessem concluídas e garantidas a sustentabilidade daquelas encostas, toda a reconstrução, requalificação e ampliação da Pousada de São Filipe. Quando surgiu a primeira informação de que havia aquele problema estrutural, a entidade que geria as Pousadas de Portugal e considerando também algum processo de degradação da própria estrutura, decidiu de imediato encerrar a pousada, disponibilizando-se em encontrar uma solução alternativa, entregando a exploração da pousada a terceiros. Outras experiências que já eram conhecidas e da qual tiveram conhecimento na altura, não tinham resultado muito bem a entrega da gestão a terceiros. Sabiam que a entidade que geria as Pousadas em Portugal tinha um nível de serviço elevado. Em Setúbal, não podiam aceitar que houvesse níveis de serviço inferiores àqueles que podiam ser prestados por aquela entidade, que tinha a competência e a concessão da pousada. Por essa razão, tinha sido uma dura “batalha”, mas tinham conseguido fazer o caminho, envolvendo as entidades da Administração Central que tinham responsabilidades naquelas matérias, conseguindo encontrar o acordo entre todas as partes, no sentido que a entidade que fazia a exploração das pousadas apresentasse um projeto, tendo em conta a importância daquele património, sem colocar em causa a sua estrutura e a sua imagem estética. As entidades que tinham a responsabilidade de licenciar ou dar parecer sobre os projetos em património nacional, terão sido as mesmas que aprovaram o respetivo projeto.

Daquela forma pretendia agradecer a todos aqueles que tinham estado envolvidos naquele processo e que acabaram por contratar especialistas, para elaborar um projeto que mereceu a aprovação das entidades competentes. O projeto tinha sido aprovado e logo que estivessem concluídas as intervenções das arribas, havia condições para se avançar com o mesmo. Setúbal passava a ter uma nova pousada com melhores condições, maior capacidade de alojamento e de prestação de serviço, reforçando a qualidade e o nível de serviço que pretendiam para Setúbal e que seria fundamental terem em Setúbal.

Agradeceu a todos os que tinham estado envolvidos naquele processo, desde o investidor em primeiro lugar e a todos os outros que tinham permitido aprovar o projeto, sendo que naquelas condições certamente haveria investimento. Todos ficariam orgulhosos de ter um património com um serviço naquele domínio de nível superior, criando mais um motivo de atração em Setúbal para quem a visitava.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

92. Deliberação n.º 186/2022 – Proposta n.º 03/2022 – DOM/DIHAB – Aceitação de doações no âmbito do desenvolvimento do projeto Férias no Bairro, abrangido pelo Programa Nosso Bairro, Nossa Cidade

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 109.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que para além daquelas duas entidades que vinham referenciadas, por razões de funcionamento também colaboraram nas férias a Junta de Freguesia de São Sebastião com produtos alimentares e logística, o Moto Clube de Setúbal com prendas para as crianças, os comerciantes do Mercado do Livramento e o Talho da Luz com produtos alimentares a Máxi Clínica - Clínica Médica Dentária com duas sessões de higiene oral e com a oferta às crianças de “kits” de higiene oral, a Confeitaria da Arrábida com produtos alimentares, a SETPÃO com produtos alimentares, o promotor da exposição dos dinossauros, no Largo José Afonso, com a oferta de bilhetes e também participou regularmente, o Vitória Futebol Clube através da sua secção de andebol e particularmente através da sua secção de ginástica, a qual terá sido pioneira na criação com mochilas de prendas para as crianças do programa, tendo atingido o seu ponto máximo com 200 crianças em atividade.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

93. Deliberação n.º 187/2022 – Proposta n.º 10/2022 – DCDJ/DIDES – Isenção de Taxas em Instalações Desportivas Municipais – Época 2021-2022

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob o registo n.º 110, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que pretendia facilitar os trabalhos, pelo que sugeriu que do ponto n.º 94 da Ordem de Trabalhos, referente à Deliberação n.º 188/2022 ao ponto n.º 99 da Ordem de Trabalhos, referente à Deliberação n.º 193/2022, os quais iriam ter o mesmo sentido de voto por parte da sua bancada, que se fizesse da mesma forma que tinham feito nos pontos anteriores, juntando e votando em bloco aquelas propostas.

Sr. Presidente da Câmara – Questionou os vereadores do Partido Socialista se estavam de acordo com a proposta do senhor vereador Fernando Negrão.

Não tendo havido intervenções procedeu em conformidade com a proposta, colocando a votação as deliberações n.º 188/2022 até ao n.º 193/2022, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade.

94. Deliberação n.º 188/2022 – Proposta n.º 39/2022 – DURB/DIGU – Aprovação condicionada do projeto de arquitetura para equipamento social – Processo n.º 185/20

O original da proposta ficou anexo à presente ata sob o registo n.º 111, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

95. Deliberação n.º 189/2022 – Proposta n.º 40/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de alterações de moradia – Processo n.º 96/21

O original da proposta ficou anexo à presente ata sob o registo n.º 112, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

96. Deliberação n.º 190/2022 – Proposta n.º 41/2022 – DURB/DIGU – Concessão da Licença de Construção de moradia bifamiliar, alpendres e estacionamento – Processo n.º 62/09

O original da proposta ficou anexo à presente ata sob o registo n.º 113, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

97. Deliberação n.º 191/2022 – Proposta n.º 42/2022 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra – Processo n.º 167/19

O original da proposta ficou anexo à presente ata sob o registo n.º 114, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

98. Deliberação n.º 192/2022 – Proposta n.º 44/2022 – DURB/DIGU – Pedido de Informação Prévia, para a construção de moradia unifamiliar, garagem em cave, piscina e muro de vedação – Processo n.º 19/21

O original da proposta ficou anexo à presente ata sob o registo n.º 115, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

99. Deliberação n.º 193/2022 – Proposta n.º 45/2022 – DURB/DIGU – Concessão de licença de construção para alteração e ampliação de moradia unifamiliar, cave, garagem, piscina e alteração de muro de vedação – Processo n.º 22/21

O original da proposta ficou anexo à presente ata sob o registo n.º 116, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

100. Deliberação n.º 194/2022 – Proposta n.º 46/2022 – DURB/DIPU – Suspensão parcial do Plano Diretor Municipal de Setúbal na área de Poçoilos e adoção de medidas preventivas – Processo n.º 58/22

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme original anexo à presente ata sob os registos n.ºs 117 a 125.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Recordou que havia alguns meses atrás se tinha falado muito de um projeto, o chamado “*Projeto Solar*”, pelo que questionou o senhor Presidente se aqueles dois projetos que consubstanciavam a proposta que senhora vereadora acabara de apresentar, estavam inseridos naquele “*Projeto Solar*”, previsto para a Mitrena e caso ainda pertencesse ao respetivo “*Projeto Solar*”, por que razão tinha deixado de ser na Mitrena e passava para a zona de Poçoilos. Gostava de saber a razão daquela mudança.

O terreno em questão não tinha aptidão construtiva, uma vez que se tratava de terreno agrícola e aqueles dois projetos transformavam os hectares que tinham sido referidos pela senhora vereadora, num terreno com aptidão construtiva, pelo que questionou quais tinham sido os critérios que tinham levado à fixação daqueles hectares naquela região e se não havia um prejuízo para os proprietários dos terrenos contíguos.

Uma vez que estavam a tratar de investimentos ambientais, de energia limpa, questionou se aqueles dois projetos não estariam melhor localizados em zonas estruturadas, especificamente em parques empresariais ou em parques industriais do que numa zona que ia ter terrenos agrícolas à sua volta, sem infraestruturas de apoio.

Gostava que aquelas três dúvidas lhe fossem esclarecidas.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que saudava a intenção de investimento privado no concelho, nomeadamente do investimento naquele âmbito das novas energias, das energias limpas que tanta falta faziam. Pretendiam colocar três questões, sendo que a primeira estava relacionada com uma eventual situação de não utilização de investimento, supondo que após a suspensão do PDM, por algum motivo o investimento previsto não se viesse a realizar, porque o promotor desistia ou porque não conseguia o financiamento para a sua realização, pelo facto questionou se aquela situação não poderia abrir espaço para que naquele território não se viesse a instalar, por via da suspensão do PDM, alguma outra indústria de outro setor com impactos ambientais negativos.

Um dos condicionamentos referidos na proposta, implicaria que o projeto de instalação e funcionamento, devesse integrar um plano de desmantelamento, reabilitação e regeneração, de acordo com o uso do solo definido no novo regulamento em vigor, para reposição das características originais do terreno, razão pela qual questionou sobre que forma se garantia a reposição das características originais do terreno, se seria através de uma garantia bancária ou através de algum outro instrumento que vinculasse o promotor durante todo o período de utilização económica da instalação que iria ser feita.

Questionou, ainda, qual seria o acompanhamento que o município tinha previsto e de que forma é que o pretendia fazer, para garantir que as condicionantes apresentadas na proposta fossem cumpridas, particularmente as que respeitavam a salvaguarda dos ecossistemas e a manutenção das espécies autóctones de elevado valor ecológico ou cultural.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Referiu que aqueles dois projetos seriam compatíveis com a revisão do PDM, sujeita a ratificação que o anterior executivo tinha aprovado em reunião de Câmara e em sessão da Assembleia Municipal. Não estava em causa uma classificação do solo, o PDM em vigor não permitia a compatibilização daquele tipo de equipamentos com a classificação que tinha. No PDM futuro, todo o território exceto o rural seria compatível com aquele tipo de utilização de equipamentos que geriam energias alternativas de painéis solares. Quando o senhor vereador falou da aptidão agrícola, o mesmo estava previsto na revisão do PDM na totalidade do território, salvo em situações em que houvesse

condicionantes à sua ocupação. A aptidão agrícola mantinha-se, sendo um pressuposto do regime jurídico da Reserva Agrícola.

No que referia ao “Projeto Solar” para a Mitrena, tinha havido vários interessados, mas nunca concretizaram o interesse e nunca formalizaram. Como era do conhecimento do senhor vereador existiam vários investimentos naquelas aéreas e as empresas estariam a sondar no território nacional a possibilidade de investimento, sendo que no território da Mitrena tinha sido uma das possibilidades estudadas. Aqueles que tinham sido apresentados naquela proposta não eram os primeiros investidores, as primeiras empresas que recebiam e que estavam interessadas em instalar aquele tipo de equipamentos no concelho. Aquelas empresas conseguiriam concretizar o projeto porque tinham acesso ao financiamento, daí a justificação daquela urgência, para garantir o acesso à execução do financiamento, o que obrigava a terem que iniciar a obra no segundo trimestre de 2022. A Câmara teria que ter condições de licenciar a operação e com o PDM em vigor teriam essa limitação.

No que referia às questões colocadas pelo senhor vereador Joel Marques, disse que estavam a suspender o PDM para aqueles objetivos específicos. Aqueles investidores tinham a aquisição dos terrenos garantidos para aquele fim. Tinha apresentado um projeto que seria viabilizado nos termos daquela suspensão. Caso não o concretizassem o PDM no futuro daria condições de ocupação, nos termos do seu regulamento e na carta de ordenamento, podendo ser feita venda a outros investidores que pudessem concretizar qualquer outro investimento, desde que compatível com o futuro PDM.

No que referia à garantia da reposição das características do terreno e a salvaguarda dos ecossistemas naturais e da biodiversidade, tratava-se de estudos específicos que seriam feitos, que tinham que ser salvaguardados a coexistência entre todos aqueles interesses. Aqueles projetos, em particular, estavam a trabalhar junto da entidade da área sobre as questões da avaliação de impacto ambiental. Essas questões seriam salvaguardadas nessa medida, não tinham ainda a certeza se estariam sujeitos a procedimento de avaliação de impacto ambiental, mas certamente estariam sujeitos a acompanhamento da CCDR-LVT.

Sr. Presidente da Câmara – Disse que pretendia acrescentar a importância daqueles projetos que promoviam a produção de energia renovável e contribuía para o processo de descarbonização, substituindo o consumo dos combustíveis fósseis, que tinha sido das piores opções que o ser humano tinha feito ao longo da sua vida. Também tinha sido a evolução do conhecimento que tinha permitido dar passos, no sentido de equilibrar a permanência da vida humana e dos seres vivos no planeta. Na realidade era aquilo que estava em causa, conseguir encontrar o mais rapidamente possível as alternativas ao uso dos combustíveis fósseis, para que pudessem o mais rapidamente possível atingir os objetivos que garantissem a salvaguarda da vida.

Estavam a falar de um investimento global que rondava os 35 milhões de euros, o que seria significativo para o concelho. Os investidores estavam a concorrer pela utilização dos fundos comunitários, por essa razão estavam sujeitos a prazos e a limites para apresentarem as suas candidaturas e poderem ver os seus projetos viabilizados. O novo Plano Diretor Municipal tinha sido aprovado no município, estando para ratificação em Conselho de Ministros, significava que estavam num processo de transição, podendo levar mais um mês ou dois meses, sendo que a alternativa face à necessidade de os investidores terem garantias para desenvolver o seu projeto, designadamente do local para a sua instalação, passava pela suspensão do PDM ainda em vigor. Não era a primeira vez que se fazia aquilo no concelho por razões de investimento substancial. Seria adequado que desencadeassem o processo da suspensão do PDM, com as garantias que a senhora vereadora tinha colocado, sendo um processo que seria acompanhado em termos de impacto ambiental pelas entidades competentes e pela Câmara Municipal, dando garantias de que aquele projeto seria conduzido com o acompanhamento necessário.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve intervenções.

O Sr. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezoito horas e trinta e cinco minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do Artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

O Presidente da Câmara,



André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 15 de junho de 2022, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 44 folhas numeradas e rubricadas pelo Sr. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por:
Ana Paula Lico

Conferida por:
Ana Paula Lico

Revista por:
Paulo Hortênsio